

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUA APROPRIAÇÃO PELO DISCURSO

Autora: Juliana Correa Tuji*

O meio ambiente tem tomado cada vez mais espaço nas pautas de discussões da sociedade atual e já é assente a existência de uma “crise ambiental” com a qual todos os membros da sociedade devem se preocupar. As discussões gravitam em torno das causas, soluções e consequências, mas a realidade, é que o discurso se mostra bem mais avançado do que as práticas em torno da crise.

Em resposta à situação de crise, cujo sinais eram anunciados desde a década de 60, em 1987 foi apresentado o conceito de desenvolvimento sustentável pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento através do Relatório “Nosso Futuro Comum”, como sendo o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades. Isso significa possibilitar que as pessoas, agora, e, no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social, econômico e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra, preservando as espécies e os habitat naturais.

Facilmente o conceito de desenvolvimento sustentável ganhou espaço em vários discursos em distintos lugares, todavia, o conceito é entremeado de categorias abstratas que não resultam de nenhum desdobramento consequente¹ como “satisfazer as necessidades da geração atual”, “comprometer a capacidade das gerações futuras”, “nível satisfatório de desenvolvimento”. Cada uma dessas categorias somente poderia ser determinada no tempo e no espaço porque cada uma delas tem suas variáveis dependentes de onde e quando serão implementadas.

A construção dessas categorias “vazias”, como chama Marcionila Fernandes, permite que se construam infinitamente novos discursos sobre elas, comportando múltiplos significados que podem suportar ambiguidades e antagonismos, o que o conceito não se preocupou em esclarecer. Exatamente por essa característica, o conceito ganhou espaço no discurso dominante e se instalou nas camadas que discutem e tomam decisões sobre o assunto como que uma unanimidade, uma espécie de solução mágica para a crise.

Assim concebido, o conceito é utilizado como autoexplicativo², evidente, do qual não se exige explicações para ser compreendido, como se fosse jusnaturalismo, desprendido de sua origem - a crise - para ganhar a consciência de todos.

Apesar ser um conceito desprovido de conteúdo prático, a maior crítica feita a ele é por ter sido criado para manter o sistema econômico que está na raiz da crise sem questioná-lo. Dessa forma, não se põe em questão o desenvolvimento, e sim, seus efeitos.

A gênese do conceito está ligada a publicação dos resultados pessimistas dos estudos do Clube de Roma³, de 1970 e do estudo “Limites do Crescimento”, publicado em 1972, por Dennis L. Meadows, e um grupo de pesquisadores que viam consequências catastróficas causadas pelo crescimento nos padrões vigentes à época, em razão de que se recomendava uma brusca diminuição no desenvolvimento econômico para se deter os danos causados por ele⁴.

Entretanto, apesar do anúncio de catástrofes futuras, as ações ocorreram no sentido de “ecologizar a economia”⁵ para garantir a manutenção das suas bases e não de adequar a economia à natureza, de repensá-la, rediscutir modelos e paradigmas.

Nessa lógica, o modelo de desenvolvimento se manteve pouco alterado e as ações do homem para se apossar da natureza e transformá-la segundo seus desejos de poder, criaram uma situação bem mais preocupante nos dias atuais, notadamente pelos elevados níveis de consumo, especialmente dos países mais ricos, o que transforma a tarefa de se implementar um desenvolvimento sustentável, considerado globalmente, numa utopia face ao estágio de desenvolvimento atual e da multiplicidade das atividades humanas. O que se tem experimentado é a implementação de atividades isoladas, ditas sustentáveis, sem se considerar os efeitos conjuntos de todas elas sobre o meio ambiente.

Embora haja críticas, o conceito tem o mérito de ter inserido o meio ambiente nas discussões desenvolvimentistas, que até então, negligenciava o fator “natureza”, afinal, não é possível nem razoável esperar que a degradação ambiental se torne um problema para as gerações futuras, ela deve ser encarada como um problema da geração presente e a busca pela sustentabilidade dos processos deve estar entre as ações, não só daqueles que tem poder de decisão, mas de cada um dos que habitam na Terra.

*Juliana Correa Tuji é Agente Técnico Jurídico do MP-AM e Mestre em Direito Ambiental.

1 FERNANDES, p. 130. In: _____ (Org.). Contra-discurso do desenvolvimento sustentável. 2º ed. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006.

2 ACEVEDO, Rosa Elizabeth. et al. (In: FERANDES, 2006, prefácio)

3 O Clube de Roma foi fundado em 1968 com a finalidade de debater assuntos relacionados a política, a economia internacional e, sobretudo, ao meio ambiente.

4 FERNANDES, 2006. p. 196.

5 LEFF, Henrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução Lúcia mathilde endlich Orth- 3 ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2001.